

Sumário

Introdução	1
1. Bem Jurídico	3
1.1 Evolução do conceito de bem jurídico	5
1.2 Bem jurídico na doutrina nacional	8
1.3 Bem jurídico-penal	11
1.4 Valor e bem jurídico	15
1.5 O caráter ideológico da escolha do bem jurídico	26
1.6 Sociedade do risco	28
2. A evolução histórica das criminalizações no Direito Penal Brasileiro	39
2.1 O bem jurídico penal nas ordenações do reino	39
2.2 O bem jurídico penal nos Códigos Penais brasileiros	42
2.3 O bem jurídico penal nas Constituições Brasileiras	60
3. O bem jurídico na Constituição de 1988 e a tutela penal	71
3.1 Art. 5º, X – inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas	71
3.2 Art. 5º, XI – inviolabilidade da casa	73
3.3 Art. 5º, XII – inviolabilidade do sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	75
3.4 Art. 5º, XXXII – a tutela penal do consumidor	77
3.5 Art. 5º, XLI – discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais	79
3.6 Art. 5º, XLII – racismo	81
3.7 Art. 5º, XLIII – tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, crimes hediondos	82
3.8 Art. 5º, XLIV – criminalização da ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático	89
3.9 Art. 5º, XLVII – criminalização com previsão de pena de morte	90
3.10 Art. 7º, X – retenção abusiva do salário	93
3.11 Art. 85 – crime de responsabilidade do Presidente da República	97
3.12 Art. 100, § 6º – crime de responsabilidade de Presidente de Tribunal	100

- 3.13 Art. 167, § 1º—crime de responsabilidade relativo
ao investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem
a prévia inclusão no plano plurianual 101
- 3.14 Art. 173, § 5º—responsabilidade da pessoa jurídica nos atos
praticados contra a ordem econômica e financeira e contra
a economia popular 102
- 3.15 Art. 225, § 3º—lesão ao meio ambiente 103
- 3.16 Art. 227, § 4º—o abuso, a violência e a exploração sexual
da criança e do adolescente 105

4. Situação do Bem Jurídico 107

- 4.1 Da Lei à Constitucionalização 107
- 4.2 Núcleo Comum do Bem Jurídico 120
- 4.3 Bens Jurídicos Permanentes 128

Referências Bibliográficas 153